

**ANEXO VIII – CRONOGRAMAS E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-  
EXECUTIVOS E PLANO DE INVESTIMENTO**

**1. ELABORAÇÃO, RITO DE CERTIFICAÇÃO, NÃO OBJEÇÃO DA ARTESP E REGRAMENTO PÓS APROVAÇÃO**

1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS de cada EMPREENDIMENTO sob sua responsabilidade, observando as diretrizes deste ANEXO e os marcos temporais constantes do ANEXO IX.A (planilha), em até 4 (quatro) meses após o início da DATA DE EFICÁCIA.

1.1.1. Ao elaborar seu CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, a CONCESSIONÁRIA poderá estabelecer datas diferentes daquelas dispostas no ANEXO IX.A (planilha) para os marcos intermediários de cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTO, desde que seja respeitada a data de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS.

1.1.2. A data de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS também poderá ser adiantada com relação ao previsto no ANEXO IX.A (planilha), hipótese em que se observará o disposto no item 3.7 do ANEXO IX.

1.2. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá analisar a documentação, emitir CERTIFICAÇÃO e enviá-la junto com suas considerações à ARTESP e à CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias do envio pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 1.1.

1.2.1. Caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO julgue que o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO não fora elaborado em conformidade com as diretrizes deste ANEXO e com os marcos temporais dispostos no ANEXO IX.A (planilha), observada a prerrogativa estabelecida no item 1.1.1, deverá informar a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP acerca de sua reprovação.

1.2.2. Emitida a reprovação, a CONCESSIONÁRIA deverá reapresentar nova versão do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO em até 15 (quinze) dias.

1.2.3. Em até 15 (quinze) dias da reapresentação, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá emitir a CERTIFICAÇÃO ou a nova reprovação do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.

1.2.4. Caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO julgue que a nova versão do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO está em conformidade com as diretrizes deste ANEXO e com os marcos temporais dispostos no ANEXO IX.A (planilha), deverá emitir sua CERTIFICAÇÃO e informar a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP.

1.2.5. Emitida a CERTIFICAÇÃO, a ARTESP terá o prazo de até 10 (dez) dias para emitir sua não objeção ao CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, sendo certo que qualquer objeção apresentada deverá ser devidamente justificada e fundamentada em evidências claras de

erro ou omissão flagrante na elaboração do documento ou no descumprimento de regras expressamente previstas no CONTRATO.

- 1.3. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que tenham sido objeto de CERTIFICAÇÃO e não objeção pela ARTESP passarão a integrar o PLANO DE INVESTIMENTOS e orientarão a execução dos EMPREENDIMENTOS.
- 1.4. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA para avaliação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e da ARTESP não se confundem com o CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, utilizado para fins de gestão contratual e acompanhamento da realidade fática das obras, o qual deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e mantido permanentemente atualizado, de acordo com as perspectivas mais atuais de evolução dos EMPREENDIMENTOS, ainda que indiquem atrasos, antecipações ou postergações em relação aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS.
  - 1.4.1. Para atualização do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO a que se refere o item 1.4 acima, deverá ser considerada, exclusivamente, a perspectiva de evolução dos EMPREENDIMENTOS, independentemente da PARTE à qual for imputável o risco ou a responsabilidade por variações em relação aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS.
  - 1.4.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer cópia à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e à ARTESP de cada atualização do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO.
- 1.5. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS poderão ser alterados nas seguintes hipóteses:
  - (i) Para movimentação dos prazos de referência dos PACOTES DE INVESTIMENTOS indicados no ANEXO IX.A (planilha);
  - (ii) Para alteração de prazos de execução dos EMPREENDIMENTOS, em função da materialização de risco atribuído ao PODER CONCEDENTE, que impacte a execução dos prazos originalmente estabelecidos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS;
  - (iii) Para alteração de prazos de execução das INTERVENÇÕES, caso o PODER CONCEDENTE decida delegar sua execução à CONCESSIONÁRIA após o início da FASE DE IMPLANTAÇÃO; e
  - (iv) Para alteração de prazos de execução dos EMPREENDIMENTOS que sejam impactados por novos prazos para execução das INTERVENÇÕES.
- 1.5.1. Em qualquer caso, as alterações dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS serão formalizadas via apostilamento do CONTRATO, sendo certo que deverá ser observado o rito previsto no item 1.2 para sua CERTIFICAÇÃO e não objeção.

- 1.5.2. As alterações dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que importem em movimentação nos prazos de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS observarão o regramento disposto no ANEXO IX.
- 1.5.3. A CONCESSIONÁRIA assumirá todo e qualquer encargo relativo à alteração dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que não forem apresentados em conformidade com o quanto disposto neste ANEXO VIII.
- 1.6. O descumprimento, pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, dos prazos estabelecidos no CONTRATO e/ou nos ANEXOS para análise dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, que acarretar atrasos na data de início ou de conclusão dos EMPREENDIMENTOS, será imputado à CONCESSIONÁRIA, inclusive para fins de alocação de risco, mesmo quando tais documentos forem apresentados em conformidade com o disposto no CONTRATO.
- 1.7. A não objeção pela ARTESP aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS não importará a assunção de qualquer responsabilidade técnica por parte do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP.
- 1.8. A partir de 60 (sessenta) dias contados da data de não objeção dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS pela ARTESP, a CONCESSIONÁRIA, trimestralmente, deverá encaminhar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e à ARTESP (i) relatório de progresso referente ao andamento das atividades e (ii) CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, ambos tendo como referência o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, apontando as atividades concluídas e o estágio de andamento e previsão de conclusão das demais.
- 1.9. A CONCESSIONÁRIA será penalizada pelo descumprimento de prazos ou marcos temporais previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO que estejam sob seu controle ou sofram impacto de suas ações ou omissões, direta ou indiretamente, ou que decorram de eventos de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no ANEXO V.
- 1.10. Os prazos contratuais atribuídos à CONCESSIONÁRIA, inclusive aqueles previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, poderão ser antecipados ou adiados, sem aplicação de penalidades, nos casos de atrasos decorrentes direta e comprovadamente de:
- (i) Evento cujo risco foi atribuído exclusivamente ao PODER CONCEDENTE, ou, ainda, no caso de descumprimentos contratuais do PODER CONCEDENTE;
  - (ii) Eventos previstos nas Cláusula 19.1.1 do CONTRATO, desde que a CONCESSIONÁRIA demonstre que tomou todas as medidas cabíveis para evitar a materialização do risco e que não concorreu culposa ou dolosamente para o evento, observado o disposto na Cláusula 19.1.1.1; e

- (iii) Excludentes de responsabilidade previstas no ANEXO V.